O CARÁTER (IN)CONDICIONAL DA LEI MARIA DA PENHA E A REALIDADE APÓS 2012

Anna Paula Monnerat Carvalho Lima¹, Ana Paula Pessoa Brandão Chiapeta²

Resumo: *Objetivaram-se com esta pesquisa investigar e analisar os fatores que motivaram a releitura da Lei nº. 11.340, sancionada em 07 de agosto de 2006. Especificamente, fez-se uma análise de quais as possíveis mudanças na vida das mulheres agredidas no âmbito familiar, com enfoque para o posicionamento de autoridades e psicólogas que lidam diariamente com a rotina e os relatos dessas mulheres na Comarca de Viçosa, MG. Para alcançar tal objetivo, buscou-se o esclarecimento sobre a Lei Maria da Penha e as suas alterações, mediante livros e posicionamento dos ministros da Suprema Corte, além de entrevistas escritas com pessoas do poder público em Viçosa. Outras fontes foram fundamentais no processo de pesquisa e análises dos dados como o diálogo que é estabelecido com obras que tratam do tema, que trouxe conceitos básicos para o estudo exposto. O referencial teórico, associado aos resultados da pesquisa de campo, demonstrou que a criação da Lei Maria da Penha coloca em evidência a existência de estruturas sociais históricas, com base em poderes diferenciados e que ainda são mantidos, principalmente aqueles que reservam maiores poderes aos homens na relação com as mulheres. Em contrapartida, a releitura da Lei 11.340 em abril de 2012, transformando a lesão corporal leve contra a mulher em crime de ação pública incondicionada trouxe enorme discussão acerca da submissão da mulher à vontade estatal, impossibilitando que essas escolham seus próprios parceiros e a vida que querem ter. Nesse percurso, restou demonstrada a contradição psicossocial, presente nos dias de hoje, de mulheres em situações e condições de violências, sejam essas físicas, psicológicas, sexuais, patrimoniais ou morais, que não desejam representar contra seu agressor, mas se veem obrigadas pela Lei. É indiscutível, porém, que a Lei Maria da Penha tem sido um importante recurso de mudança de conduta social para homens e mulheres; no entanto, para que as novas determinações sejam aplicadas na íntegra, é preciso que conjuntamente a essa ocorra fomento de políticas públicas em todos os segmentos sociais e institucionais, no sentido de transformar poderes e relação, viabilizando a construção de novas relações entre as pessoas e o melhoramento do seu convívio.*

Palavras-chave: *Lei Maria da Penha; lesão corporal; mulheres; e violência.*

¹Graduanda do Curso de Direito - ESUV/UNIVIÇOSA. E-mail: apmonnerat@yahoo.com.br.

²Professora do Curso de Direito - ESUV/UNIVIÇOSA. E-mail: apchiapeta@yahoo.com.br.

Introdução

A Lei Maria da Penha foi criada em homenagem a uma vítima de agressões e atentados do seu então marido, a fim de proteger as mulheres no âmbito doméstico, independentemente da coabitação. Quando da sua criação, a Lei 11.340/06 trouxe o crime de lesão corporal dolosa leve como os pertencentes à ação pública condicionada à representação da vítima, em que o Ministério Público não poderia ingressar com a ação, caso não houvesse o interesse da ofendida. Atualmente, após a releitura realizada pelo Supremo Tribunal Federal, as ações relativas a esse delito passaram a ser pública incondicionada, gerando grande polêmica entre os Tribunais. Isso porque alguns entendem que essa modificação pode acarretar em consequências gravíssimas à rotina familiar, podendo gerar ainda mais problemas às vítimas; outros defendem que a intervenção Estatal irá garantir a dignidade da mulher e coibir as violências familiares. Nesse sentido, esta pesquisa objetivou demonstrar o posicionamento do poder público da Comarca de Viçosa e das pessoas envolvidas com a rotina de recuperação das ofendidas a respeito da mudança de interpretação da Lei Maria da Penha, bem como confrontar a opinião de estudiosos, permitindo ampla reflexão sobre o tema.

Material e Métodos

Este trabalho foi realizado com enfoque na realidade do município de Viçosa, MG, ante a decisão do STF, que trouxe novo direcionamento à Lei Maria da Penha em abril de 2012.

Foi colhida a opinião de autoridades públicas a respeito do assunto, bem como a de psicólogas da Casa das Mulheres dessa cidade. As entrevistas se deram de maneira informal, por meio de conversa ampla sobre o tema, o que permitiu que fosse obtido o posicionamento dos entrevistados quanto à releitura da mencionada Lei. A pesquisa buscou o entendimento jurídico-social dos entes do poder público a partir da vasta experiência e vivência diária desses e se procedeu entre 12 e 28 de junho de 2014. Ademais, foram utilizados inúmeros materiais didáticos como livros e artigos sobre a Lei Maria da Penha e suas mudanças.

Resultados e Discussão

Tendo em vista a triste realidade vivida por milhares de mulheres em todo o País, sendo agredidas diariamente no seio familiar, foi possível constatar, por este estudo, apesar da divergência de posicionamentos quanto à condicionalidade da Lei Maria da Penha, a importância da proteção da mulher por uma lei específica. Observou-se, assim, que a representação da vítima contra o seu agressor não pode ser o cerne da discussão, uma vez que, para se sentirem verdadeiramente amparadas, as mulheres necessitam de políticas públicas mais efetivas, com maior participação do Estado em sua proteção diária e não somente na instauração da ação penal. Ademais, a partir da disparidade de opiniões, notou-se que para a Lei 11.340/06 atingir na íntegra seus objetivos é necessário uma associação dos quadros sociais e jurídicos.

Conclusões

Apesar do entendimento expresso do STF, muitos magistrados e desembargadores ainda relutam em aplicar a nova determinação trazida à Lei Maria da Penha, por entendê-la como discriminadora e ditadora. Entretanto, é importante ressaltar que, verificada a realidade na Comarca de Viçosa, constatou-se nitidamente que o poder público, em sua maioria, defende a incondicionalidade da Lei 11.340/06, no que tange os crimes de lesão corporal leve. Nesse sentido, fez-se uma análise social-jurídica para que se alcançasse o resultado final desta pesquisa, a fim de possibilitar uma visão mais ampla a respeito do tema.

Referências Bibliográficas

CUNHA, Rogério Sanches - Violência Doméstica: Lei Maria da Pena, comentada/ Rogério Sanches Cunha, Ronaldo Batista Pinto – 3. ed. rev. atual e ampl. - São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

DIAS, Maria Berenice. A Lei Maria da Penha na Justiça: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher – 3.ed. ver., atual. e ampl. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012.

<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=199853>

MAGALHÃES, Renato Vasconcelos. A representação da vontade da vítima na Lei Maria da Penha. Uma discussão sobre o empoderamento da mulher. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 14, n. 2212, 22 jul. 2009. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/13191>>. Acesso em: 21 jul. 2014.

MELO, A. R. Comentários à Lei de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. 02. ed. Rio de Janeiro. Editora Lumen Juris. 2009.

Violência de gênero: o paradoxal e entusiasmo pelo rigor penal. Boletim do IBCCrim, n.168, p.6,nov.2006

Como citar este trabalho:

AUTORES (Colocar em ordem de Importância dos autores). Título do trabalho. In: VI SIMPÓSIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA FACULDADE DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE, 6, 2014, Viçosa. **Anais...** Viçosa: FACISA, Outubro, 2014.